



## CONCURSO PÚBLICO

### COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do CCP

### PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 47/2025 – CPI/DARH

#### SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS

Lote	Descrição	Preço Base
Lote 1	Limpeza do Centro de Saúde	114.077,88€
Lote 2	Limpeza de diversos edifícios municipais	103.942,29€
Lote 3	Limpezas gerais de instalações culturais	21.452,00€
Total		239 472,17 €

(IVA nos termos do disposto no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em vigor)

CADERNO DE ENCARGOS, APROVADO PELO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40º N.º 2 DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS



## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### CLÁUSULA 1.ª

##### OBJETO

O presente concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), tem por objeto a contratação de Serviços de Higiene e Limpeza de diversas instalações municipais, para o período de 11 meses, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do caderno de encargos.

##### CLÁUSULA 2.ª

##### CONTRATO

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos e será reduzido a escrito.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

##### CLÁUSULA 3.ª

##### PRAZO EXECUÇÃO

1- O contrato relativo ao lote 1, limpeza do centro de saúde, tem duração prevista de 11 de setembro de 2025 a 31 de julho de 2026.

2- O contrato relativo ao lote 2, limpeza de diversos edifícios municipais, tem duração prevista de 1 de setembro de 2025 a 31 de julho de 2026.

3- O contrato relativo ao lote 3, limpezas gerais de instalações culturais, tem duração prevista de 1 de setembro de 2025 a 31 de julho de 2026.

4 - Findo os prazos referidos no número anterior e não sendo esgotadas as quantidades previstas no início deste procedimento, não é conferido ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização, dando-se por concluídos os serviços.

## CAPÍTULO II



## OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

### SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

#### SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

##### CLÁUSULA 4.ª

##### OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar o contrato de acordo com o discriminado no caderno de encargos - cláusulas técnicas;
- b) Obrigação de executar o contrato, nas condições de prazo e preço contratualizados;
- c) Obrigação de executar o contrato, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Obrigação de prestar as informações que forem solicitadas pelos serviços municipais;
- e) Obrigação de assumir plena responsabilidade pelos serviços objeto do contrato, sendo o único responsável perante o Município da Marinha Grande;
- f) Obrigação de garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido na execução do contrato venha a ter acesso;
- g) Obrigação de responder por todos os atos de quaisquer pessoas que no âmbito do contrato para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que pelo Município possa ser exigida a essas mesmas pessoas;
- h) Obrigação de comparecer a reuniões convocadas pela entidade adjudicante, para acompanhamento da execução do contrato.

2 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### SUBSECÇÃO II DEVER DE SIGILO

##### CLÁUSULA 5.ª

##### OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1 — O cocontratante deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativas às instalações elétricas da Câmara Municipal da Marinha Grande, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



#### **CLÁUSULA 6.ª**

##### **PRAZO DO DEVER DE SIGILO**

O dever de sigilo vigorará até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

#### **CLÁUSULA 7.ª**

##### **PREÇO CONTRATUAL**

1 — Pela execução do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Marinha Grande, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, IVA nos termos do disposto no Código do imposto sobre o valor acrescentado, em vigor.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Marinha Grande, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

#### **CLÁUSULA 8.ª**

##### **FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1 — A faturação deve ser efetuada mensalmente em função dos serviços prestados e os pagamentos serão efetuados contra a apresentação de faturas ou documentos contabilísticos similares nos serviços financeiros da Câmara Municipal da Marinha Grande, desde que os mesmos cumpram todos os requisitos legais preceituados no CIVA e que os valores faturados correspondam à execução do objeto do contrato, devendo toda a faturação ser remetida para a Plataforma de Faturação Eletrónica | Saphety.

2 — A(s) quantia(s) devidas pelo Município da Marinha Grande, nos termos dos números anteriores, deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção pelo Município da Marinha Grande, das respetivas faturas.

3 — Em caso de discordância por parte do Município da Marinha Grande, quanto aos valores indicados nas faturas ou documentos similares, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido.

4 — A entidade adjudicante só procede ao pagamento dos serviços efetivamente prestados.

5 — Os pagamentos são efetuados com a apresentação pelo cocontratante à entidade adjudicante das declarações de situação regularizada referentes a contribuições para a Segurança Social e impostos devidos ao Estado Português, devidamente atualizadas.

6 — O cocontratante pode dar consentimento de consulta das declarações de situação contributiva para com a segurança social e impostos devidos ao Estado Português ao Município da Marinha Grande.



7 — Os pagamentos serão efetuados através de cheque ou transferência bancária, devendo ser indicado email para efeitos de comunicação dos pagamentos e ou transferências efetuadas.

8 — No caso de pagamentos por transferência bancária deve ser remetido documento emitido por entidade bancária ou extraído do sistema de informação da entidade bancária do cocontratante que ateste a titularidade da conta bancária.

### **CAPÍTULO III**

#### **SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

##### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **SANÇÕES CONTRATUAIS**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Marinha Grande, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das obrigações do adjudicatário as enunciadas no n.º 1, da cláusula 4ª da parte I das cláusulas jurídicas e cláusulas 6.ª e 13.ª da parte II das cláusulas técnicas, deste caderno de encargos, calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $S = V \cdot A / 500$ , em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em que ocorre o incumprimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município da Marinha Grande, pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de 10 até 20 % do valor do contrato.

3 — Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente à prestação de serviço cujo atraso tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Marinha Grande tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 — O Município da Marinha Grande pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Marinha Grande exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **FORÇA MAIOR**

1 — A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas sanções ao prestador de serviços;



2 – Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 – Não constituem casos de força maior:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 – A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 11.ª**

##### **RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Marinha Grande pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Marinha Grande.



#### **CLÁUSULA 12.ª**

##### **RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de noventa dias, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Marinha Grande, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **CAUÇÃO E REVISÃO DE PREÇOS**

#### **CLÁUSULA 13.ª**

##### **CAUÇÃO**

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

#### **CLÁUSULA 14.ª**

##### **REVISÃO DE PREÇOS**

O contrato não está sujeito a revisão de preços.

#### **CAPÍTULO V**

##### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **CLÁUSULA 15.ª**

##### **FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **CLÁUSULA 16.ª**

##### **SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 17.ª**

##### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

As notificações previstas no Código dos Contratos Públicos no desenrolar do presente procedimento serão efetuadas nos termos da legislação específica aplicável.



#### **CLÁUSULA 18.ª**

##### **CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **CLÁUSULA 19.ª**

##### **PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. A execução do contrato resultante da presente aquisição de serviços não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o contraente público e o cocontratante assumem o compromisso de celebrar um acordo escrito de tratamento de dados que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição de serviços, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham de ser recolhidos e tratados, em cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a sua formalização e execução e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o disposto no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e), e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
4. O contraente público pode transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes, para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante o Município – direito de informação, direito de acesso, direito de retificação dos dados inexatos, direito ao apagamento, direito à limitação do tratamento, direito da portabilidade dos dados, direito de oposição ao tratamento, direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis, direito a retirar, em qualquer altura, o consentimento nas situações de consentimento sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
  - b) A exercer, perante o encarregado de proteção de dados (EPD), através do email [dpo@cm-mgrande.pt](mailto:dpo@cm-mgrande.pt), o direito de apresentar exposições;

#### **CLÁUSULA 20.ª**

##### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





#### CLÁUSULA 21.ª

##### PREÇO BASE

1 – O preço total máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelos serviços objeto do contrato, é o seguinte, por lote:

Lote	Descrição	Preço Base
Lote 1	Limpeza do Centro de Saúde	114.077,88€
Lote 2	Limpeza de diversos edifícios municipais	103.942,29€
Lote 3	Limpezas gerais de instalações culturais	21.452,00€
Total		239 472,17 €

(IVA nos termos do disposto no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em vigor)

2 - O preço base foi fundamentado com base em Consultas preliminares ao mercado, efetuadas nos termos do artigo 35.º-A do CCP, cujos elementos poderão ser consultados, após o termo do prazo para a apresentação das propostas, de acordo com a orientação técnica n.º 04/CCP/2019, datada de 11/07/2019 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC).



## PARTE II

### CLÁUSULAS TÉCNICAS

#### CLÁUSULA 1.ª

##### OBJETO

1 - O objeto do contrato consiste na “*Contratação de Serviços de Higiene e Limpeza*”, nas seguintes quantidades máximas por lote:

- **Lote 1:** 6467 horas a prestar no centro de saúde da Marinha Grande  
1561 horas a prestar na extensão de saúde de Vieira de Leiria
- **Lote 2:** 6693 horas a prestar em edifícios municipais.
- **Lote 3:** Serviços descritos na clausula 15.ª da parte II das cláusulas técnicas do caderno de encargos.

#### CLÁUSULA 2.ª

##### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS – LOTE 1

1 - As características técnicas do **lote 1** são as seguintes:

- a) O cocontratante fica obrigado a efetuar os serviços de limpeza, no horário e na periodicidade definida no ANEXO A e em observância dos requisitos definidos no ANEXO B, ANEXO C e ANEXO D.
- b) O cocontratante fica obrigado a efetuar uma limpeza programada profunda anualmente, que inclua a lavagem dos vidros e limpeza geral das instalações.
- c) Os trabalhos têm de ser realizados por forma a garantirem os resultados descritos.

#### CLÁUSULA 3.ª

##### EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES-LOTE 1

- 1- Compete ao cocontratante a responsabilidade pelos serviços objeto do contrato, pessoal, equipamentos e outros materiais necessários à boa execução dos trabalhos.
- 2- Constituem encargos do cocontratante, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos, designadamente, detergentes, óleos, aspiradores, baldes, esfregonas, pás, mopas, panos e outros considerados essenciais para a execução dos serviços de limpeza.
- 3- O equipamento a que se refere o número anterior, deve satisfazer, quer quanto às características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas normas de segurança aplicáveis.
- 4- Todos os produtos de limpeza, lavagem, desinfecção e desengorduramento a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimento, mobiliário, metais, madeiras e equipamentos elétricos, etc.), assumindo o cocontratante inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles.
- 5- É da exclusiva responsabilidade do cocontratante a afetação dos materiais de transporte adequado à boa execução dos trabalhos, assim como os respetivos encargos operacionais, nomeadamente, com o transporte de pessoal e de remoção dos produtos sobrantes.



#### **CLÁUSULA 4.ª**

##### **MEIOS AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LOTE 1**

- 1- O cocontratante deve garantir os recursos humanos necessários à execução das tarefas objeto da presente prestação de serviços em cumprimento com a periodicidade e horários de limpeza estabelecidos.
- 2- Os recursos humanos a empregar na prestação de serviços devem ter as condições físicas adequadas às exigências das tarefas a executar, devendo ainda possuir conhecimentos técnicos específicos ao desempenho das suas funções.
- 3- O cocontratante deve designar um interlocutor, a quem competirá assegurar a tramitação e remessa da informação relativa às intervenções realizadas, providenciar a realização das operações necessárias ao cumprimento das obrigações inerentes, bem como acompanhar e monitorizar a prestação de serviços.
- 4- O cocontratante deverá designar, entre os trabalhadores afetos à prestação de serviços, um coordenador dos restantes trabalhadores afetos aos diferentes serviços com a responsabilidade de garantir e gerir a execução das tarefas diárias e semanais.

#### **CLÁUSULA 5.ª**

##### **OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO— LOTE 1**

- 1- Constituem obrigações do contraente público:
  - a) Efetuar o controlo da qualidade dos serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais e de segurança;
  - b) Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar ao cocontratante a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
  - c) Verificar se o cocontratante emprega recursos de forma suficiente para realizar os resultados contratados, as quantidades, o uso e a duração;
  - d) Designar um interlocutor responsável pelo controlo da execução da prestação de serviços;
  - e) Garantir ao cocontratante os meios de acesso às suas instalações para a adequada prestação dos serviços, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens;
- 2- O contraente público reserva-se no direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento.
- 3- A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de participar ao cocontratante qualquer comportamento inadequado do pessoal deste para com os trabalhadores da Câmara, colaboradores ou terceiros ou que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres.



#### CLÁUSULA 6.ª

##### OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE-LOTE 1

###### 1- Constituem obrigações do cocontratante:

- a) Prestar os serviços com qualidade e garantia dos resultados definidos, por forma a manter as instalações em perfeito estado de asseio;
- b) Fornecer todos os produtos, equipamentos e utensílios de limpeza necessários à execução dos serviços de limpeza objeto do presente contrato;
- c) Elaborar e apresentar relatórios mensais de níveis de serviços e horas consumidas por tipologia de espaço a serem validados pelo contraente público;
- d) Prestar os serviços nos locais e sob eventual supervisão do interlocutor atempadamente designado, no prazo e horários estabelecidos;
- e) Garantir a segurança de pessoas e bens, durante a execução dos trabalhos da sua responsabilidade e cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- f) Garantir que o pessoal afeto à prestação de serviços enverga farda e identificação ao aceder às instalações e cumprir com as normas internas de organização;
- g) Cumprir com as regras de segurança e boas práticas recomendadas pela Direção Geral de Saúde e pela Unidade Local do Programa de Prevenção e Controlo das Infecções e Resistência aos Antimicrobianos (UL\_PPCIRA);
- h) Substituir, no prazo de 48 horas, o trabalhador afeto à prestação de serviços, a pedido justificado do contraente público;
- i) Adquirir ou alocar todos os bens móveis, equipamentos e materiais necessários aos trabalhos da prestação de serviços, bem como suportar todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;
- j) Encaminhar adequadamente os resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as infraestruturas da entidade adquirente destinadas à recolha de resíduos, sempre que existam e se mostre adequadas;
- k) Nomear um gestor operacional responsável pela prestação de serviços;
- l) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de negligência ou culpa na execução do contrato;
- m) Criar meios de comunicação eficazes com a Câmara Municipal, de forma a prestar e obter informação relativa à execução das tarefas objeto da presente prestação de serviços;
- n) Garantir as condições adequadas à observação, por parte dos trabalhadores, das precauções universais aplicáveis na utilização e na manipulação dos produtos de limpeza, nomeadamente no que respeita à disponibilização e à utilização de equipamentos de proteção individual, quando não for possível adotar medidas de proteção coletiva;
- o) Fazer cumprir as regras de segurança na utilização dos produtos e garantir o cumprimento das indicações do fabricante;



- p) Utilizar nas ações de limpeza, produtos que respeitem toda a legislação e demais normas técnicas em vigor, ou seja, não devem oferecer qualquer risco para a saúde pública ou para o ambiente;
  - q) Garantir o preenchimento de formulário de limpeza diária, a afixar em cada uma instalação objeto do contrato, no qual deve constar, no mínimo, o dia, a hora e a rubrica trabalhador que efetuou a limpeza.
- 2- É da exclusiva responsabilidade do cocontratante o cumprimento das normas em vigor, no que respeita ao uso, manuseamento e aplicação de produtos ou utilização de equipamentos, bem como qualquer dano que daí resulte.
- 3- Mediante pedido fundamentado, o cocontratante obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

#### CLÁUSULA 7.ª

##### TÉCNICAS DE LIMPEZA E MATERIAIS A UTILIZAR – LOTE 1

- 1-As técnicas e os materiais a utilizar devem respeitar as Orientações da Direção Geral de Saúde, em vigor.
- 2-As técnicas de limpeza devem respeitar as seguintes condições:
- a) A limpeza deve ser sempre húmida;
  - b) Não usar aspiradores a seco em zonas públicas, salvo se forem aspiradores com tanque de água que recolhe a sujidade na água, este depósito deve ser despejado e lavado entre cada uma das áreas a aspirar;
  - c) A limpeza deve ser realizada sempre no sentido de cima para baixo e, das áreas mais limpas, para as mais sujas:
    - i) Paredes e teto (se aplicável);
    - ii) Superfícies acima do chão (bancadas, mesas, cadeiras, corrimãos, outros);
    - iii) Equipamentos existentes nas áreas;
    - iv) Instalações sanitárias;
    - v) Chão – é o último a limpar.
- 3- Os materiais de limpeza devem respeitar os seguintes requisitos:
- a) Materiais de limpeza distintos (de uso exclusivo) de acordo com o nível de risco das áreas a limpar;
  - b) Os panos de limpeza devem ser, preferencialmente, de uso único e descartáveis (usar e deitar fora) e/ou diferenciados por um código internacional de cores, para cada uma das áreas, de acordo com o nível de risco, por exemplo: **Vermelho** – WC – exterior de sanitas e urinóis; **Amarelo** – zonas Clínicas e casas de banho (louças), **Azul** – zonas administrativas, bancadas, mesas, cadeiras, cadeirões de gabinetes; **Verde** – Refeitórios.
  - c) A parte interior da sanita não precisa de pano, deve ser esfregada com o próprio piaçaba e com detergente de base desinfetante, de acordo com procedimento específico;
  - d) Os baldes devem ser duplos. Estes bem como as esfregonas/mopas para higienização do chão são habitualmente reutilizáveis, pelo que se deve garantir a sua limpeza e desinfecção no final de cada utilização. Estes equipamentos devem ser distintos, para as diferentes áreas. Por exemplo, os baldes e esfregonas usados nas casas de banho, não devem ser usados em outros espaços públicos.
- 4 - A frequência da limpeza nas desinfecções:
- a) nas áreas de atendimento ao público deve ser realizada de hora a hora após a limpeza diária;



b) nas restantes áreas deve ser realizada a cada duas horas após a limpeza diária;

4.1 - As limpezas de desinfeção devem respeitar as seguintes condições:

- a) A limpeza de superfícies de toque frequente pode ser realizada com detergente de base desinfetante, para conseguir um procedimento mais rápido, isto é, um produto que contém na sua composição, detergente e desinfetante em simultâneo (2em1), compatíveis. Podem ter várias apresentações: líquida, gel, espuma ou spray;
- b) Os puxadores de portas devem ser limpos com frequência;
- c) O chão deve ser lavado com água e detergente comum, seguido da desinfeção com solução de lixívia diluída em água. A frequência de limpeza deve ser no mínimo 2 vezes ao dia;
- d) Instalações sanitárias devem ser lavadas preferencialmente com produto que contenha na composição detergente e desinfetante, diariamente e sempre que necessário.

5 - Na utilização dos produtos de limpeza e desinfeção devem:

- a) Ser tomadas as medidas necessárias para proteger a saúde e o ambiente e garantir a segurança nos locais de trabalho, é necessário ter no estabelecimento as fichas de dados de segurança dos produtos (vulgarmente designadas por fichas técnicas) que constam no plano de higienização;
- b) Ser cumpridas as indicações do fabricante e instruções nos rótulos dos produtos e nas fichas de segurança;
- c) Estar devidamente rotulados, fechados e conservados nas suas embalagens de origem, de modo a evitar o risco de acidente;
- d) Ser armazenados fora das áreas de acesso público, em local fechado e devidamente identificado e fora do alcance de crianças ou pessoas com necessidades especiais;
- f) Dar preferência a desinfetantes específicos para o tipo de limpeza a executar. Poderá ser ainda utilizado hipoclorito de sódio (lixívia) com pelo menos 5% de cloro livre na forma original e álcool a 70%;
- g) Ser ainda utilizados produtos de desinfeção rápida sob a forma de toalhetes humedecidos no desinfetante e fornecidos em dispensador próprio (facilitando tirar 1 a 1 sem os contaminar). Estes são produtos que juntam habitualmente na sua composição, detergente e desinfetante compatíveis. Estes toalhetes são para usar numa superfície e não devem ser reutilizados em várias superfícies, porque favorece a disseminação dos agentes contaminantes. Usar um toalhete para cada superfície e descartar para o caixote do lixo. Não secar a superfície depois de usar o toalhete desinfetante, porque é necessário que a superfície fique molhada durante uns minutos até secar ao ar, para ser eficaz;
- h) Nas partes metálicas das superfícies ou as que não são compatíveis com a lixívia, devem ser desinfetadas com álcool a 70% ou outro produto compatível, para evitar a corrosão ou danificação;
- i) Ao aplicar lixívia ou outro produto semelhante, abrir as janelas para arejar e renovar o ar, ajudando também a secar mais rapidamente as superfícies.



#### **CLÁUSULA 8.ª**

##### **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS – LOTE 2**

- 1- O cocontratante fica obrigado a efetuar os serviços de limpeza, no horário e na periodicidade definida no ANEXO A, até um limite de 6693 horas, e em observância dos requisitos definidos no ANEXO B.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o horário, a periodicidade e especificações dos serviços de limpeza da Casa da Cultura Teatro Stephens, estão definidos no ANEXO C.

#### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **RESULTADOS ESPERADOS – LOTE 2**

Os trabalhos têm de ser realizados por forma a garantirem os resultados descritos.

#### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES– LOTE 2**

- 1- Compete ao adjudicatário a responsabilidade pela instalação de serviços, pessoal, equipamentos e outros materiais necessários à boa execução dos trabalhos.
- 2- Constituem encargo do adjudicatário, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos, designadamente, detergentes, óleos, aspiradores, baldes, esfregonas, pás, mopas, panos, sacos do lixo e outros considerados essenciais para a execução dos serviços de limpeza.
- 3- O equipamento a que se refere o número anterior, deve satisfazer, quer quanto às características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas normas de segurança aplicáveis.
- 4- Todos os produtos de limpeza, lavagem, desinfecção e desengorduramento a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimento, mobiliário, metais, madeiras e equipamentos elétricos, etc), assumindo o cocontratante inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles.
- 5- É da exclusiva responsabilidade do cocontratante a afetação dos materiais de transporte adequado à boa execução dos trabalhos, assim como os respetivos encargos operacionais, nomeadamente, com o transporte de pessoal e de remoção dos produtos sobrantes.

#### **CLÁUSULA 11.ª**

##### **MEIOS AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-LOTE 2**

- 1- O cocontratante deve garantir os recursos humanos necessários à execução das tarefas objeto da presente prestação de serviços em cumprimento com a periodicidade e horários de limpeza estabelecidos, não sendo exigido um número mínimo de recursos.
- 2- Os recursos humanos a empregar na prestação de serviços devem ter as condições físicas adequadas às exigências das tarefas a executar, devendo ainda possuir conhecimentos técnicos específicos ao desempenho das suas funções.
- 3- O cocontratante deve designar um interlocutor, a quem competirá assegurar a tramitação e remessa da informação relativa às intervenções realizadas, providenciar a realização das operações necessárias ao cumprimento das obrigações inerentes, bem como acompanhar e monitorizar a prestação de serviços.



- 4- O cocontratante deverá designar, entre os trabalhadores afetos à prestação de serviços, um coordenador dos restantes trabalhadores afetos aos diferentes serviços com a responsabilidade de garantir e gerir a execução das tarefas diárias e semanais.

#### **CLÁUSULA 12.ª**

##### **OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO-LOTE 2**

1- Constituem obrigações do contraente público:

- a) Efetuar o controlo da qualidade dos serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais e de segurança;
- b) Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar ao cocontratante a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
- c) Verificar se o cocontratante emprega recursos de forma suficiente para realizar os resultados contratados, as quantidades, o uso e a duração;
- d) Designar um interlocutor responsável pelo controlo da execução da prestação de serviços;
- e) Garantir ao cocontratante os meios de acesso às suas instalações para a adequada prestação dos serviços, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens;
- f) Garantir a reposição dos consumíveis, concretamente, sabonete líquido, toalhetes para as mãos e papel higiénico, zelando para que os mesmos não estejam em falta;
- g) Colocar e manter os suportes ou dispensadores para os consumíveis.

2- O contraente público reserva-se no direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento.

3- A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de participar ao cocontratante qualquer comportamento inadequado do pessoal deste para com os trabalhadores da Câmara, colaboradores ou terceiros ou que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres.

#### **CLÁUSULA 13.ª**

##### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE - LOTE 2**

1- Constituem obrigações do cocontratante:

- a) Prestar os serviços com qualidade e garantia dos resultados definidos, por forma a manter as instalações em perfeito estado de asseio;
- b) Fornecer todos os produtos, equipamentos e utensílios de limpeza necessários à execução dos serviços de limpeza objeto do presente contrato;
- c) Elaborar e apresentar relatórios mensais de níveis de serviços e horas consumidas por tipologia de espaço a serem validados pelo contraente público;
- d) Prestar os serviços nos locais e sob eventual supervisão do interlocutor atempadamente designado, no prazo e horários estabelecidos;





- e) Garantir a segurança de pessoas e bens, durante a execução dos trabalhos da sua responsabilidade e cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em vigor;
  - f) Garantir que o pessoal afeto à prestação de serviços enverga farda e identificação ao aceder às instalações e cumprir com as normas internas de organização;
  - g) Substituir, no prazo de 48 horas, o trabalhador afeto à prestação de serviços, a pedido justificado do contraente público;
  - h) Adquirir ou alocar todos os bens móveis, equipamentos e materiais necessários aos trabalhos da prestação de serviços, bem como suportar todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;
  - i) Encaminhar adequadamente os resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as infraestruturas da entidade adquirente destinadas à recolha de resíduos, sempre que existam e se mostre adequadas;
  - j) Nomear um gestor operacional responsável pela prestação de serviços;
  - k) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de negligência ou culpa na execução do contrato;
  - l) Criar meios de comunicação eficazes com a Câmara Municipal, de forma a prestar e obter informação relativa à execução das tarefas objeto da presente prestação de serviços;
  - m) Garantir as condições adequadas à observação, por parte dos trabalhadores, das precauções universais aplicáveis na utilização e na manipulação dos produtos de limpeza, nomeadamente no que respeita à disponibilização e à utilização de equipamentos de proteção individual, quando não for possível adotar medidas de proteção coletiva;
  - n) Fazer cumprir as regras de segurança na utilização dos produtos e garantir o cumprimento das indicações do fabricante;
  - o) Utilizar nas ações de limpeza, produtos que respeitem toda a legislação e demais normas técnicas em vigor, ou seja, não devem oferecer qualquer risco para a saúde pública ou para o ambiente.
- 2- É da exclusiva responsabilidade do cocontratante o cumprimento das normas em vigor, no que respeita ao uso, manuseamento e aplicação de produtos ou utilização de equipamentos, bem como qualquer dano que daí resulte.
- 3- Mediante pedido fundamentado, o cocontratante obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

#### **CLÁUSULA 14.ª**

##### **TÉCNICAS DE LIMPEZA E MATERIAIS A UTILIZAR-LOTE 2**

- 1- As técnicas e os materiais a utilizar devem respeitar as Orientações da Direção Geral de Saúde, em vigor.
- 2- As técnicas de limpeza devem respeitar as seguintes condições:
  - a) A limpeza deve ser sempre húmida;
  - b) Não usar aspiradores a seco em zonas públicas, salvo se forem aspiradores com tanque de água que recolhe a sujidade na água, este depósito deve ser despejado e lavado entre cada uma das áreas a aspirar;
  - c) A limpeza deve ser realizada sempre no sentido de cima para baixo e, das áreas mais limpas, para as mais sujas;
  - i) Paredes e teto (se aplicável);



ii) Superfícies acima do chão (bancadas, mesas, cadeiras, corrimãos, outros);

iii) Equipamentos existentes nas áreas;

iv) Instalações sanitárias;

v) Chão – é o último a limpar.

3- Os materiais de limpeza devem respeitar os seguintes requisitos:

- a) Materiais de limpeza distintos (de uso exclusivo) de acordo com o nível de risco das áreas a limpar;
- b) Os panos de limpeza devem ser, preferencialmente, de uso único e descartáveis (usar e deitar fora), diferenciados por um código de cores, para cada uma das áreas, de acordo com o nível de risco, por exemplo: as bancadas, mesas, cadeiras, cadeirões de gabinetes, entre outros utilizar pano azul, nas casas de banho utilizar um pano só para limpar o lavatório de cor amarelo e o pano para as sanitas (exterior) de cor vermelho;
- c) A parte interior da sanita não precisa de pano, deve ser esfregada com o próprio piaçaba e com detergente de base desinfetante;
- d) O balde e esfregona para o chão são habitualmente reutilizáveis, pelo que se deve garantir uma limpeza e desinfeção destes equipamentos no final de cada utilização. O balde e esfregona devem ser diferentes, para as áreas atrás referidas. Por exemplo o balde e esfregona usados nas casas de banho, não devem ser usados em outros espaços públicos.

4- Na utilização dos produtos de limpeza e desinfeção devem:

- a) Ser tomadas as medidas necessárias para proteger a saúde e o ambiente e garantir a segurança nos locais de trabalho, é necessário ter no estabelecimento as fichas de dados de segurança dos produtos (vulgarmente designadas por fichas técnicas) que constam no plano de higienização;
- b) Ser cumpridas as indicações do fabricante e instruções nos rótulos dos produtos e nas fichas de segurança;
- c) Estar devidamente rotulados, fechados e conservados nas suas embalagens de origem, de modo a evitar o risco de acidente;
- d) Ser armazenados fora das áreas de acesso público, em local fechado e devidamente identificado e fora do alcance de crianças ou pessoas com necessidades especiais;
- e) Ser detergentes de uso doméstico;
- f) Dar preferência a desinfetantes vulgar lixívia (hipoclorito de sódio) com pelo menos 5% de cloro livre na forma original e o álcool a 70%;
- g) Ser ainda utilizados produtos de desinfeção rápida sob a forma de toalhetes humedecidos no desinfetante e fornecidos em dispensador próprio (facilitando tirar 1 a 1 sem os contaminar). Estes são produtos que juntam habitualmente na sua composição, detergente e desinfetante compatíveis. Estes toalhetes são para usar numa superfície e não devem ser reutilizados em várias superfícies, porque favorece a disseminação dos agentes contaminantes. Usar um toalhete para cada superfície e descartar para o caixote do lixo. Não secar a superfície depois de usar o toalhete desinfetante, porque é necessário que a superfície fique molhada durante uns minutos até secar ao ar, para ser eficaz;
- h) Nas partes metálicas das superfícies ou as que não são compatíveis com a lixívia, devem ser desinfetadas com álcool a 70% ou outro produto compatível, para evitar a corrosão ou danificação;



i) Ao aplicar lixívia ou outro produto semelhante, abrir as janelas para arejar e renovar o ar, ajudando também a secar mais rapidamente as superfícies.

#### **CLÁUSULA 15.ª**

##### **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - LOTE 3**

1 - As características técnicas e as quantidades objeto do lote 3, são seguintes, por instalação cultural:

- a) Prestação de serviços de limpeza específico no Teatro Stephens:
  - I. Lavagem de cadeiras da plateia, balcão e camarotes;
  - II. Lavagem de alcatifas da plateia, balcão e camarotes;
  - III. Lavagem de paredes, tetos e vidros, na zona da plateia, balcão, palco, zonas técnicas, escadas, arrumos, wc's e cave;
  - IV. Cristalização do pavimento de degraus das escadas de acesso ao balcão;
  - V. Cristalização do pavimento do hall de acesso à plateia e ao balcão;
  - VI. Limpeza geral das estruturas do palco – total de 30 horas;
- b) Prestação de serviços de limpeza específicos no Museu do Vidro:
  - I. Lavagem de cadeiras da plateia, balcão e camarotes;
  - II. Lavagem de paredes, tetos, vidros de todos os pisos;
  - III. Lavagem das vigas do último piso.
- c) Prestação de serviços de limpeza específicos no Núcleo de Arte Contemporânea:
  - I. Limpeza de vidros da fachada interior e exterior;
  - II. Lavagem de paredes e tetos dos 3 pisos.
- d) Prestação de serviços de limpeza específicos no Auditório da Resinagem:
  - I. Lavagem de paredes, vidros e pavimento.
- e) Prestação de serviços de limpeza específicos no Museu Joaquim Correia:
  - I. Limpeza de vidros do pavilhão;
  - II. Lavagem de pavimento do pavilhão;
  - III. Lavagem de pavimento da calçada na zona exterior do pavilhão.

#### **CLÁUSULA 16.ª**

##### **RESPONSABILIDADE**

1- São da exclusiva responsabilidade do cocontratante todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2- O cocontratante responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município da Marinha Grande, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros.



3- São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, ao seu comportamento moral e à sua responsabilidade civil.

#### **CLÁUSULA 17.ª**

##### **PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

1- São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2- Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **CLÁUSULA 18.ª**

##### **FORMA DO FORNECIMENTO**

1- O Município da Marinha Grande não se responsabiliza pelo pagamento dos serviços prestados que não tenham sido precedidos de pedidos de fornecimento para o período a que respeitam.

2- O cocontratante só deve prestar o serviço desde que previamente precedido de pedido de fornecimento a remeter pelos serviços de aprovisionamento através do email [compras@cm-mgrande.pt](mailto:compras@cm-mgrande.pt).

3- Não poderá ser aceite pelo cocontratante qualquer serviço que não respeite o preceituado nos pontos anteriores.